



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

5ª VARA CÍVEL - FORO REGIONAL VII - ITAQUERA

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) dos direitos possessórios do bem imóvel abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação do executado: **SPE OLÍMPIA Q27 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A (CNPJ/MF nº 16.950.936/0001-13)**, bem como os interessados **FÁBIO BOSSAY SEGATTO (CPF/MF nº 182.938.068-00)**, **ELIZANGELA DE OLIVEIRA (CPF/MF nº 275.291.438-59)**, **ROBERTO BIBANCOS JÚNIOR (CPF/MF nº 254.095.208-90)**, **FERNANDA SABRINA FREIRE BIBANCOS (CPF/MF nº 341.974.288-63)** e **RODRIGO ROCHA PRIOR (CPF/MF nº 219.860.598-80)**.

O MM. Juiz de Direito Dr. Luciano Persiano de Castro, da 5ª Vara Cível – Foro Regional VII - Itaquera, tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação Declaratória de Rescisão de Contrato Particular de Promessa de Venda e Compra cumulada com Restituição de Valores Pagos e Pedido de Tutela de Urgência para Inexigibilidade de Parcelas e Proibição de Inclusão do Nome do Autor no Cadastro de Inadimplentes em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por **EDSON FRANCISCO DA SILVA (CPF/MF nº 663.282.688-15)** em face de **SPE OLÍMPIA Q27 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A (CNPJ/MF nº 16.950.936/0001-13)**, nos autos do **Processo nº 0007102-23.2021.8.26.0007** (Processo Principal nº 1019725-39.2020.8.26.0007), e foi designada a venda dos direitos possessórios do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - IMÓVEL - Localização do Imóvel: Avenida Aurora Fortes, nº 1.030, Apto. 1.606, do Condomínio Olímpia Park Resort, Jardim Santa Efigênia – Olímpia/SP – CEP: 15405-002 - **Descrição do Imóvel:** Cota 06, correspondente ao Apartamento nº 1.606, localizado no 18º pavimento (16º andar) da torre “C”, do Condomínio Olímpia Park Resort, situado no Jardim Santa Efigênia, na Cidade de Olímpia/SP. Tendo 87,5200m² de área privativa, 53,7252m² de área comum, 141,2452m² de área total e 0,1746% de fração ideal de terreno.

Dados do Imóvel				
Inscrição Municipal nº		59152878		
Matrícula Imobiliária nº		71.042 (Área maior nº 39.447)		Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Olímpia/SP
Ônus				
Registro	Data	Ato	Processo/Origem	Beneficiário / Observações
Av. 01	29/09/2021	Penhora	Proc. nº 0003297-40.2021.8.26.0564	Fábio Bossay Segatto e Elizangela de Oliveira.
Av. 03	26/05/2022	Penhora	Proc. nº 0005475-78.2021.8.26.0008	Roberto Bibancos Júnior e Fernanda Sabrina Freire Bibancos.
Av. 04	26/05/2022	Penhora	Proc. nº 0015955-49.2021.8.26.0224	Rodrigo Rocha Prior.

OBS 01: O apartamento é constituído por cozinha, sala de estar, varanda, corredor, banheiro, quarto, suíte, e laje técnica (Matrícula Imobiliária 62.878 – CRI de Olímpia/SP).

OBS 02: Foi deferida a penhora da Cota 06 referente a unidade 1606, do empreendimento Olímpia Park Resort. A penhora deferida às fls. 468 indicou a Matrícula do Empreendimento, todavia, a uni-



dade leiloada possui matrícula individualizada (nº 71.042 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Olímpia/SP). A penhora da unidade imobiliária está pendente de registro na correspondente matrícula imobiliária.

OBS 03: O imóvel está submetido ao regime da multipropriedade, o qual será utilizado conforme especificado na Convenção Condominial.

OBS 04: Conforme item 11 da Convenção do Empreendimento Olímpia Park Resort, a unidade integrante do regime de multipropriedade será dividida em 13 (treze) frações/cota, correspondendo a cada fração/cota uma parte ideal da unidade e a um módulo de tempo representativo do direito de uso de cada coproprietário, previsto no Cronograma de Uso Compartilhado, conforme disposto abaixo:

DIREITO DE USO DA COTA 06
ANO/DATA
2023 13/07 a 20/07 28/09 a 05/10 29/01 a 02/02 23/03 a 26/03 07/05 a 11/05 10/08 a 13/08
2024 25/01 a 01/02 07/07 a 14/07 29/02 a 03/03 05/05 a 09/05 06/10 a 10/10 28/11 a 01/12
2025 15/06 a 22/06 04/12 a 11/12 09/02 a 13/02 16/03 a 20/02 03/04 a 06/04 31/08 a 04/09
2026 02/04 a 09/04 25/10 a 01/11 17/12 a 20/12 21/05 a 24/05 18/06 a 21/06 22/11 a 26/11
2027 04/02 a 11/02 24/06 a 01/07 04/04 a 08/04 10/06 a 13/06 12/08 a 15/08 07/11 a 11/11



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

2028 16/01 a 23/01 09/11 a 16/11 02/03 a 05/03 18/05 a 21/05 17/09 a 21/09 03/12 a 07/12
2029 27/12 a 03/01 05/08 a 12/08 15/02 a 18/02 15/04 a 19/04 14/06 a 17/06 18/10 a 21/10

Valor de Avaliação do imóvel: R\$ 96.109,53 (Nov/2022 – Fls. 482/485).

Valor de avaliação atualizado: R\$ 97.587,27 (Mar/2023). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

Débitos Tributários: R\$ 3.665,01 (Fev/2023) – R\$ 3.352,36 referente aos Débitos inscritos na Dívida Ativa e R\$ 312,65 referente aos Débitos não inscritos na Dívida Ativa. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional).

Débito Condominial: Eventuais débitos condominiais serão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 908, §1º, do CPC e Decisão de fls. 556/559)

Débito Exequendo: R\$ 24.543,96 (Mar/2022 – fls. 565).

02 - A 1ª praça terá início em **24 de abril de 2023, às 14 horas e 30 minutos, e se encerrará no dia 27 de abril de 2023, às 14 horas e 30 minutos.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 27 de abril de 2023, às 14 horas e 30 minutos, e se encerrará em 17 de maio de 2023, às 14 horas e 30 minutos.** Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que serão aceitos lances iguais ou superiores** a 60% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 meses. O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta todas serão apresentadas para apreciação pelo MM. Juízo da causa, que decidirá pela de maior valor, caso estejam em diferentes condições ou, decidirá pela formulada em primeiro lugar, caso tenham iguais condições. (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

03 - O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, Davi Borges de Aquino, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).



04 - Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

05 - Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

06 - Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

07 - O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

08 - O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

09 - Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado a pagar a comissão de 5% (cinco por cento) do lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

10 - O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

11 - O arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os decorrentes de débitos de condomínio (artigo 908, §1º, do CPC e Decisão de fls. 556/559), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

12 - Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).



13 - A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

14 - Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo nos termos do Item 02 deste Edital, estas serão levadas à apreciação e aprovação deste MM Juízo.

15 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Paulista, nº 2421, 1º Andar - Bela Vista - CEP 01.311-300 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

16 - A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 09 de março de 2023.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. LUCIANO PERSIANO DE CASTRO
JUIZ DE DIREITO